

CARTA DE PRINCÍPIOS CULTURAIS

Este documento propõe um conjunto de reflexões sobre o campo da cultura, a partir de uma leitura da realidade nacional, bem como a proposição de recomendações e práticas baseadas nessa análise de contexto.

Na ocasião da realização do Circuito Sesc de Artes e do Ciclo Diálogos sobre Gestão Cultural, é útil reiterar as ideias aqui expressas, dentre as quais é particularmente oportuno destacar que:

- a cultura possui uma vocação educativa, o que tornam essenciais os processos formativos nesse campo;
- o conhecimento aprofundado dos territórios, por meio do mapeamento de potencialidades regionais e locais, é premissa para o desenvolvimento sociocultural diverso e dinâmico;
- a ativação de cadeias produtivas da cultura deve favorecer a autonomia de profissionais e públicos, sem incorrer em lógicas mercadológicas; e
- a preservação e promoção da memória cultural é vetor fundamental para a construção do tempo presente e de futuros compartilhados.

O Sesc busca colaborar com o panorama da cultura brasileira por meio de diretrizes como estas, e o Circuito Sesc de Artes é testemunho de tal comprometimento. Oxalá as reflexões e proposições aqui compartilhadas colaborem para o fortalecimento da rede de iniciativas cujos objetivos sejam convergentes com uma visão de mundo igualitária e democrática.

São Paulo, 1º de setembro de 2021

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do Sesc São Paulo

CARTA DE PRINCÍPIOS CULTURAIS

A cultura, uma cultura, culturas

O conceito de cultura se expressa em sua pluralidade e diversidade, de modo que não existe uma cultura, mas sim culturas. Pode-se dizer, então, que não há uma cultura brasileira homogênea, mas sim muitas culturas brasileiras cujo conceito, a depender do contexto social em que se encontra, altera seus sentidos históricos. A cultura designa uma relação de causalidade entre os seres humanos e o meio natural, não se confunde com desenvolvimento e resguarda uma neutralidade valorativa.

Cultura, nesta carta, se refere à ação humana material e intelectual realizada em seu meio de existência; transforma por efeito de criações e inter-relações de significados simbólicos e imaginativos; abrange ideias, valores, hábitos, práticas e comportamentos.

Sob um olhar sociológico e antropológico, a cultura é a representação dos modos de inserção das pessoas na sociedade e na história, com seus diversos modos de ser, agir, pensar e produzir. Cultura é, portanto, uma dinâmica instituidora, explicativa e interpretativa da realidade. Em suma, cultura se refere ao produto criativo humano e à dimensão fundamental do processo de vida de uma sociedade. Praticar uma política cultural na sua amplitude e em sua atualidade, requer entender a combinação de seus aspectos antropológicos e sociológicos.

Em uma sociedade, os indivíduos constroem uma vida coletiva com valores, costumes, emoções, língua, religião, gostos, saberes, ritos, histórias, lendas, folclores, tudo aquilo que é insumo para uma edificação simbólica que leve a uma identidade e a uma interpretação da realidade, dando contornos ao que se pensa sobre o mundo. Isso configura, em breves palavras, a dimensão antropológica da cultura.

Já a dimensão sociológica da cultura a institucionaliza e a promove como direito. Está no artigo 27 da Declaração dos Direitos Humanos (Onu, 1948) que “todos têm o direito a livremente participar da vida cultural em comunidade”. É ela quem vai estabelecer uma cadeia de produção cultural, de organizações onde as manifestações culturais possam ser contempladas tais como um trabalho que completa em si mesmo. Ela aponta para as criações antropológicas e as conceitua, como música, artes visuais, teatro, dança, esporte, culinária, moda, entre tantas outras expressões do fazer humano. É também a dimensão sociológica que traça a alteridade para esta coletividade, reconhecendo diferenças entre grupos, valorizando o pluralismo em sua afirmação antropológica.

Assim, a dimensão sociológica trabalha a noção de culturas, no plural, desenvolvendo endemicamente um sentido de cidadania e pertencimento a um conjunto de valores junto aos espaços públicos.

A CENTRALIDADE DA CULTURA

A cultura está profundamente marcada pelos usos que dela são feitos, tais como os investimentos sociais e educacionais, o desenvolvimento econômico e turístico, a redução de conflitos sociais, o desenvolvimento das indústrias culturais e das novas indústrias criativas.

Ao mesmo tempo, a cultura transborda as fronteiras do campo cultural propriamente dito e alcança outras dimensões, como a crescente incorporação pela sociedade de demandas político-sociais com teor cultural, tais como a ecologia e a sustentabilidade, as relações de gênero e de orientação sexual, as diferenças étnicas e religiosas, dentre outras. Para além, expõe a disputa de visões de mundo que colocam o elemento cultural na centralidade da negociação, em que determinados interesses políticos são acomodados.

Essa centralidade aponta para o fato de que a cultura não está reduzida à lógica das trocas mercadológicas; ela adquiriu uma nova estrutura que coloca seu gerenciamento, conservação, acesso, distribuição e investimento como prioritários. Há que se pontuar, também, a questão de que a cultura não deve ser vista apenas sob a ótica da diversão e do lazer, mas também e, principalmente, sob o entendimento de que é parte integrante da educação.

Desta forma, associar cultura à democracia é saber que os modos de organização da sociedade podem promover um ambiente saudável, de autonomia e compreensão mútua, de que as vozes – muitas vezes abafadas por preconceitos – precisam ser ouvidas e todas as criações merecem atenção e refletem o espírito de seu tempo. O paradigma da contemporaneidade é o de pensar a cultura como papel de Estado e da própria responsabilidade civil. Por isso, é imperativo que se olhe indistintamente para produções e expressões diversas, para além daquelas já consagradas e estabelecidas. Urge o incentivo a uma relação transversal entre o que já é previamente enaltecido como produto criativo e aquilo que nasce de rupturas talhadas da necessidade de respeito à alteridade.

A EDUCAÇÃO COMO CULTURA

Considerando a escola como o principal meio de acesso ao aprendizado formal, a cultura, em seu sentido amplo e plural, a abarca e a conduz para o efetivo desenvolvimento das pessoas em suas relações sociais e políticas. Aprender, assim, é querer, compartilhar, dar sentido, interpretar, expressar, viver. Ou seja, a real oportunidade de cada cidadão manter sua individualidade e ser um ser social na harmonia e na possibilidade de educar-se e imbuir-se cada vez mais de sua e de tantas outras culturas. Tornar-se protagonista de sua existência e de sua ação social e cidadã.

É igualmente passível, ao âmbito governamental e demais organizações de interesse público, reconhecer que os espaços socioculturais são espaços de educação não formal, de educação continuada, com os

quais a sociedade em geral deve estabelecer uma relação simbiótica. É preciso fomentar vários pontos territoriais onde a cultura pulsa e responde às criações de determinada comunidade.

No tempo em que escrevo esta carta, o Brasil é um dos dez países mais desiguais do mundo e, por isso, a pandemia do coronavírus de 2020 e 2021 não se configura com as mesmas características dos países mais igualitários: aqui padecem mais cedo à morte aqueles que são mais fracos, subnutridos, não-brancos e que foram sempre descreditados a uma reparação histórica do período escravocrata. Por isso é significativo fazer com que o trabalho sociocultural esteja associado às pautas sociais contemporâneas, entendendo as programações da cultura como espaços de reverberação crítica para as discussões que estão no tempo presente, escapando de discursos enviesados, alienados e que comprometem seu próprio desenvolvimento. Os discursos sobre decolonização, não preconceito à orientação sexual, equanimidade no tratamento das pessoas, igualdade de gênero, anti-etarismo e antirracismo devem ocupar papel central nas agendas dos debates culturais porque são parâmetros sociológicos que balizarão a nossa Liberdade.

RECOMENDAÇÕES

1. Reativar a estrutura federativa ministerial – MinC,
2. Assegurar porcentagem do orçamento da União para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura (recomendação Unesco: mínimo de 1% do PIB),
3. Criar mecanismos de regulação, transparência e consulta pública para balizar as políticas públicas de cultura,
4. Manter relações transversais, inter e intra-setoriais com as demais políticas de Estado, de modo a obter integração, representação e coerência das ações,
5. Mapear potencialidades regionais e locais, articulando uma participação ativa dos diferentes entes federativos (instâncias federais, estaduais, municipais),
6. Fomentar, reconhecer e apoiar as práticas culturais provenientes da sociedade civil, de maneira autônoma,
7. Promover o diálogo entre as culturas (intra e internacionalmente) em um contexto de igualdade e cooperação,
8. Cuidar da infraestrutura cultural do país, de modo a salvaguardar seu patrimônio (material e imaterial) e seus centros de referência,
9. Criar e manter atualizada uma base de dados sobre cultura, por meio de convênios com outros institutos e instâncias de estudos e planejamentos (IPEA, IBGE, dentre outros),
10. Incrementar o desenvolvimento econômico por meio de incentivo para a autonomização dos pequenos produtores culturais,
11. Ampliar os equipamentos públicos culturais em moldes que privilegiem, em um mesmo local, as diversas linguagens culturais, o esporte, o lazer e a educação permanente,
12. Criar projetos de circulação da produção cultural brasileira, a preços populares e em localidades nas quais a ação pública é deficitária,

13. Promover editais e incentivos diretos para ações culturais específicas, principalmente para projetos inovadores e experimentais que carecem de subsídios,
14. Desenvolver programas de formação e gestão cultural,
15. Criar programas para a formação de públicos voltado às linguagens artísticas e culturais.

PRÁTICAS

1. Organizar um plano de comunicação sobre as culturas brasileiras, nacional e internacionalmente,
2. Sistematizar um calendário com os principais festivais, circuitos e eventos artísticos mundiais, de modo a fomentar representações nacionais com um grupo técnico rotativo de pareceristas e curadores,
3. Promover uma pesquisa, em âmbito nacional, junto às Universidades e aos seus respectivos professores, para escolha de títulos da literatura brasileira e das humanidades, de modo a ter um levantamento de títulos representativos para a organização de caixotes literários a serem distribuídos para todos os municípios,
4. Realizar um levantamento, em âmbito nacional, da produção cênica (dança, teatro, circo, ópera e outras), com vistas à criação de um banco de dados, de modo a organizar a circulação das produções e a formação/atualização dos profissionais envolvidos,
5. Criar uma “Câmara Brasileira de Representação Internacional da MPB” em postos estrangeiros, contemplando a diversidade dos povos que aqui migraram e ampliando a difusão da presença da música brasileira em todo o planeta,
6. Salvar, ampliar e propagar os acervos audiovisuais,
7. Conservar e promover a circulação dos acervos de museus nas suas distintas tipologias: museus artísticos, científicos, históricos, comunitários, entre outros,
8. Incentivar o fortalecimento da indústria cultural nacional e das indústrias criativas adjacentes às convencionais (moda, games, gastronomia, entre outros), articulando com ministérios afins,
9. Reconhecer e valorizar o patrimônio público material e imaterial,
10. Enaltecer o patrimônio dos povos originários como indígenas, quilombolas, dentre outros,
11. Legitimar as manifestações de diversidade cultural (étnico-raciais, de gênero, anti-etaristas, entre outras),
12. Redigir um plano de formação artístico-cultural para públicos múltiplos,
13. Criar e acompanhar corpos estáveis no âmbito das artes cênicas e na música.